

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENAN HAUCH TASSI

A3P - POTENCIAL NA APLICAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL PARA A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CURITIBA
2016

RENAN HAUCH TASSI

A3P - POTENCIAL NA APLICAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL PARA A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Economia e Meio Ambiente no curso de Pós-graduação em Economia e Meio Ambiente, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Msc. Rodrigo Medeiros Ribeiro

CURITIBA
2016

RESUMO

Assim como o setor privado, o setor público possui um papel de extrema importância como indutor de ações buscando atender os princípios da sustentabilidade em suas atividades. Com base nisso, busca-se analisar a incorporação das práticas de sustentabilidade no primeiro setor através de um estudo de caso na Prefeitura de Palmeira das Missões, bem como avaliar a potencialidade de aplicação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) seguindo as diretrizes propostas pela Agenda 21. Para a concretização da pesquisa utilizou-se o método exploratório e abordagem quantitativa, por meio da aplicação de questionários com questões do tipo escala de frequência aos servidores municipais, aliada ao método observação participante. De acordo com os resultados alcançados percebe-se que a instituição possui uma baixa execução no sentido de incentivar e monitorar os servidores para o efetivo desempenho socioambiental e a A3P possui grande potencial de aplicação.

Palavras-chave: Administração Pública, Sustentabilidade, Agenda Ambiental.

ABSTRACT

As well as the private sector, the public segment has a very important role as a promoter of actions seeking to meet the principles of sustainability in its activities. Based on this, it seeks to analyze the incorporation of sustainability practices in the first sector through a case study in the city hall of Palmeira das Missões, and evaluate the potential application of the Environmental Agenda Program in Public Administration (A3P), created by the Ministry of Environment (MMA) following the guidelines proposed by Agenda 21. The research was performed by an exploratory method and quantitative approach through the use of questionnaires with scale type questions of frequency to municipal employees, along with the participant observation method. According to the results obtained it can infer that the institution has a low performance to encourage and monitor the servers for environmental performance and A3P has great application potential.

Keywords: Public Administration, Sustainability, Environmental Agenda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	MARCOS HISTÓRICOS PARA A SUSTENTABILIDADE.....	13
FIGURA 2 –	BENEFÍCIOS COM A INTEGRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO.....	16
FIGURA 3 –	LOCALIZAÇÃO DE PALMEIRA DAS MISSÕES.....	18
FIGURA 4 –	EIXOS TEMÁTICOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	24
FIGURA 5 –	APLICAÇÃO DA PESQUISA - USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS.....	26
FIGURA 6 –	APLICAÇÃO DA PESQUISA - GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS.....	27
FIGURA 7 –	APLICAÇÃO DA PESQUISA - QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	28
FIGURA 8 –	APLICAÇÃO DA PESQUISA - SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.....	29
FIGURA 9 –	APLICAÇÃO DA PESQUISA – LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	30
FIGURA 10 –	RELAÇÃO ENTRE FAIXA ETÁRIA E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL.....	30
FIGURA 11 –	RELAÇÃO ENTRE NÍVEL DE ESCOLARIDADE E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL.....	31

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÕES E MEIO AMBIENTE.....	14
QUADRO 2 –	OBJETIVOS E METODOLOGIA A SER UTILIZADA.....	20
QUADRO 3 –	EIXOS TEMÁTICOS E DEFINIÇÕES.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

- A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A -	ORGANOGRAMA PREFEITURA DE PALMEIRA DAS MISSÕES.....	37
APÊNDICE B -	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS APLICADO AOS SERVIDORES.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OBJETIVOS	11
2.1	OBJETIVO GERAL.....	11
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
3.1	ORIGEM DA SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES.....	12
3.2	SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	15
4	MATERIAL E MÉTODOS	18
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.....	18
4.2	COLETA DE DADOS.....	19
4.3	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	19
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
6	CONCLUSÕES	34
	REFERÊNCIAS	35
	APÊNDICES	37

1 INTRODUÇÃO

O tema sustentabilidade surgiu no debate organizacional muito antes dos marcos históricos mundiais. Apesar disso, foi somente nos últimos anos que a temática passou a ser mais fortemente internalizada pela sociedade e expressada através de normas governamentais. Hoje, admite-se que a mesma seja uma necessidade indispensável para o sucesso das organizações em seus variados setores.

Bocken et al. (2014) afirmam que, com base nas perspectivas de uma população mundial crescente, desenvolvimento global e aumento do uso de recursos associados aos impactos ambientais, torna-se cada vez mais evidente que modelos de negócios tradicionais não são opção para um futuro sustentável. No entanto, existem muitas dificuldades na aplicação destes modelos, que exigem uma convergência entre os pilares do desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

Assim como o setor privado, o setor público possui um papel de extrema importância como indutor de ações proativas buscando atender os princípios da sustentabilidade em suas ações. Neste sentido, a inclusão de políticas públicas sustentáveis deve ser priorizada para que ocorra o envolvimento de lideranças políticas e dos cidadãos. (COGO, 2011)

De acordo com *Australian National Audit Office* (2012), internacionalmente, os governos do Canadá, do Reino Unido e da Estados Unidos da América, entre outros, têm implementado uma série de iniciativas para reduzir o impacto ambiental das operações do setor público. Estas iniciativas incluem a adoção de compras sustentáveis, criação de metas de desempenho sobre o uso de energia, redução de emissões de gases de efeito estufa, redução da produção de resíduos e também do consumo de água.

A administração pública, como responsável por regular e fiscalizar as ações provenientes da iniciativa privada, buscando a sustentabilidade, precisa incorporar ações que permitam o desenvolvimento sustentável através de suas ações. A falta de ação por parte do governo é agravada pelo crescimento econômico, onde predomina o consumo indiscriminado.

Além disso, os funcionários públicos têm frequentemente uma posição central na questão de enquadramento, da definição de objetivos, e formulação de políticas e podem vir a tornar-se atores preparados para promover valores pessoais, agindo no interior da administração para criar ações políticas de governo mais verdes. (HYSING e OLSSON, 2011)

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar o potencial de aplicação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P na Prefeitura de Palmeira das Missões - RS.

2.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Identificar a percepção dos servidores em relação ao desempenho socioambiental nas atividades administrativas na Prefeitura de Palmeira das Missões;
- Diagnosticar a potencialidade de aplicação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) na Prefeitura;
- Apresentar sugestões e recomendações com base na A3P.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Origem da Sustentabilidade nas Organizações

Desde 1960, muitos governos e instituições no mundo tem buscado enfrentar o desafio de um sistema econômico condizente com o pilar ambiental. Até a década de 1990, estas lutas consistiam em grande parte por gerir as relações presumidas entre os dois sistemas. A partir de 1990, verificou-se um maior interesse na pesquisa em relação a temática, onde a literatura tem crescido em torno de validações do potencial de benefícios entre a questão ambiental e econômica. (FIORINO, 2010)

O termo “meio ambiente” foi usado pela primeira vez na década de 1960, em uma reunião do Clube de Roma, cujo principal objetivo era a reconstrução dos países no pós-guerra, onde foi estabelecida a polêmica sobre os problemas ambientais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta datam desta época, quando começaram as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente. Tais discussões ganharam tanta intensidade que levaram a Organização das Nações Unidas - ONU a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo em 1972 (RATTNER E VEIGA, 2002).

De acordo com Ministério do Meio Ambiente (2009), a Conferência de Estocolmo representou um marco que mudou de patamar à preocupação com as questões ambientais, passando a fazer parte das políticas adotadas nos países mais avançados, e também em processo de desenvolvimento.

O que passou a delimitar a participação das organizações na temática foram os imperativos sociais e ambientais que passaram a ser reconhecidos pelas instâncias econômicas durante os anos de 1980 até meados de 1990, o que sugeriu que as empresas não poderiam prosperar em ambientes deficitários (LAVILLE, 2009).

Foram muitas as discussões a cerca da sustentabilidade e sua repercussão no mundo, e inúmeros debates importantes na área ocorreram principalmente nas últimas décadas. Se faz necessário apresentar alguns marcos relevantes neste contexto (Figura 1) e que tiveram fortes implicações para a demarcação do tema.

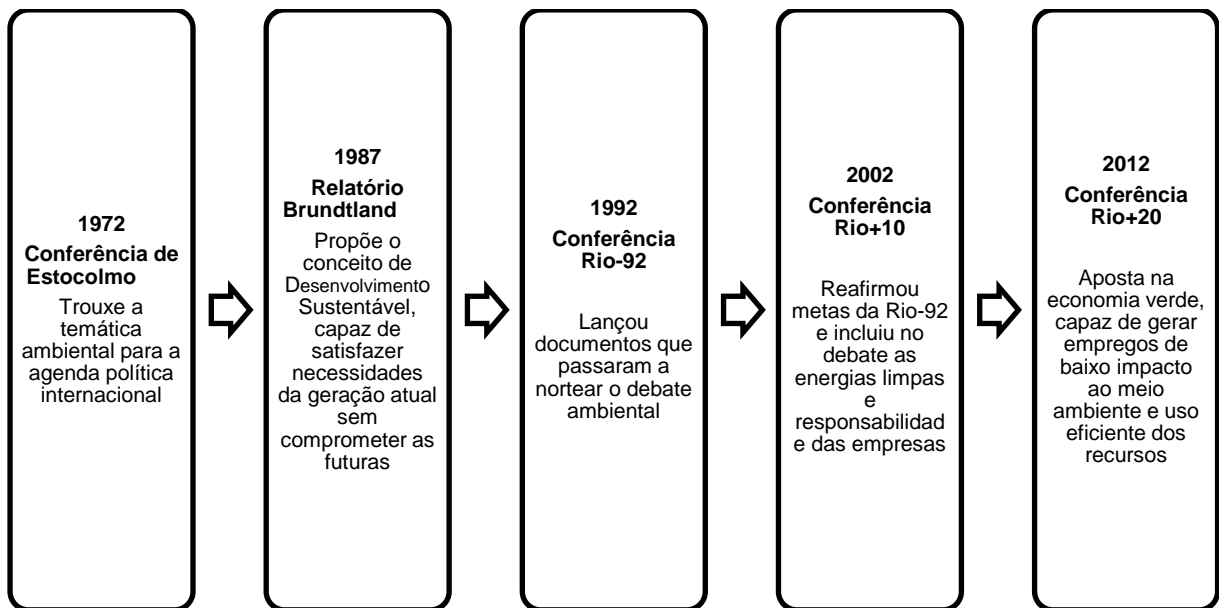


FIGURA 1 - MARCOS HISTÓRICOS PARA A SUSTENTABILIDADE

FONTE: International Institute for Sustainable Development (2012, p. 5) adaptado pelo autor (2016).

Os marcos tiveram grandes contribuições para a concepção sobre sustentabilidade que se tem nos dias de hoje. Além disso, é consenso que a conscientização sobre a temática tem atingido um nível cada vez mais amplo nas organizações.

Nas organizações a gestão ambiental foi enfatizada por meio da criação do documento intitulado “Agenda 21” (1989), posteriormente, ampliado pela “Rio 92” e enfatizado durante a “Rio+20” (2012). Tais iniciativas buscaram, entre outros fins, criar condições favoráveis para que empresas, instituições, funcionários e, igualmente, consumidores fossem estimulados ao pensamento e à ação sustentável. (NASCIMENTO, VIRGÍNIO E LOPES, 2015). A repercussão da sustentabilidade nas organizações tem sido incorporada nos últimos anos, onde concepções, valores e atitudes foram e continuam sendo modificados (Quadro 1).

Além de exigir o equilíbrio de objetivos econômicos, ambientais e sociais, Brunstein, Scartezini e Rodrigues (2012) consideram que trabalhar com sustentabilidade implica atuar num mundo tripolar, em que o poder tende a se repartir, de maneira cada vez mais equilibrada, entre governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Período	Abordagem	Valor	Concepção	Atitude
Até 1970	Sem controle da poluição	Lucro	Indiferença aos problemas ambientais	Poluir e degradar (externalizar custos)
Até 1985	Controle da poluição	Lucro e respeito à regulação	O controle da poluição diminui os lucros	Poluir no limite que a regulação permite
Atual	Prevenção da poluição; Análise do Ciclo Vida (<i>Product Stewardship</i>); Desenvolvimento Sustentável	Lucro, respeito à regulação e eficiência; Lucro, eficiência e qualidade ambiental; Lucro e preservação da qualidade ambiental no longo prazo	Aumento dos lucros; Aumento dos lucros e de vantagens competitivas no longo prazo; Aumento da produção e de vantagens competitivas no longo prazo	Reduzir resíduos no processo produtivo e desenvolver maior política de segurança; Gerenciar o produto, da produção a sua disposição final; Produzir produtos que não agridam o meio ambiente

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÕES E MEIO AMBIENTE

FONTE: Ministério do Meio Ambiente (2014) Adaptado pelo autor (2016).

Vasconcelos, Silva e Silva (2013) também concordam com uma crescente e desafiante busca pelo entendimento de um novo modelo, baseado em uma governança tripolar que implica trocas dinâmicas entre governo, empresas e sociedade civil onde são considerados meio ambiente, economia e sociedade. Dessa forma, para se chegar à resultados tangíveis, diversos pesquisadores da área da administração vêm dedicando tempo para encontrar e propor modelos de gestão buscando delimitar a atuação socioambiental em organizações (ALIGLERI, 2011), e isto remonta as constatações de Coral (2002, p, 5) que considera que:

[...] as organizações do terceiro milênio terão que estar preparadas para os desafios que o novo século deverá impor ao crescimento econômico, ou seja, encontrar formas cada vez mais inovadoras de agregar valor, manter e abrir novos mercados, oferecendo produtos e serviços que possam ser produzidos com recursos renováveis e utilizando processos tecnologicamente limpos”.

Já se percebe que agentes econômicos, tanto públicos quanto privados, em muitos casos, vêm tentando se adaptar às regulamentações ambientais e metas internacionais que visam à diminuição da poluição. Conforme Aligleri (2011), anteriormente, gestores tinham sua atenção voltada somente para a busca por resultados quantitativos, centrados em indicadores econômicos e lucro, onde os debates giravam em torno de modelos de gestão capazes de alcançar tais ganhos.

Nos dias de hoje, Brunstein, Scartezini e Rodrigues (2012) destacam a importância de estar atento à necessidade de compreender que sustentabilidade

não é somente um discurso sobre ecologia e economia, mas que é, essencialmente, uma discussão ideológica e política, que de certa forma envolve muitos atores.

Desta forma, a preocupação de como melhor desenvolver estratégias para ampliação da consciência ambiental também nas instituições e empresas é indispensável para a efetivação do equilíbrio entre a Responsabilidade Ambiental e a Responsabilidade Social (NASCIMENTO, VIRGÍNIO E LOPES, 2015). Leuenberger e Bartle (2009) salientam que aplicação do desenvolvimento sustentável de base ampla reflete os valores de eficiência, eficácia e participação, no entanto, a perspectiva do sistema de sustentabilidade requer um equilíbrio simultâneo dessas considerações.

Conforme considerações de Laville (2009), estamos presenciando uma revolução iniciada já há algum tempo e que terá um grande impacto nas políticas de todos os segmentos. Isso exige estratégias criativas e audaciosas em governança, gerenciamento e educação, que abordam as políticas governamentais, modelos de negócios, planos e ações concretas (MCCORMICK et al., 2014), onde o conceito de sustentabilidade auxilia os administradores a gerir recursos através do tempo e espaço, bem como gerenciar riscos e fornece uma estrutura para conservar os recursos naturais (LEUENBERGER E BARTLE, 2009).

3.2 Sustentabilidade na Administração Pública

Bocken et al. (2014) afirmam que, com base nas perspectivas de uma população mundial crescente, desenvolvimento global e aumento do uso de recursos associados aos impactos ambientais, torna-se cada vez mais evidente que modelos de modelos tradicionais não são opção para um futuro sustentável.

Os papéis e responsabilidades das entidades do setor público são diversos e suas operações variam dependendo da função e tamanho de cada instituição. Não obstante a diversidade de organizações, as operações no setor público consomem recursos naturais, como os combustíveis fósseis e água, e levam a geração de resíduos, incluindo as emissões de gases com efeito de estufa, papel e equipamentos (AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE, 2012).

Estas responsabilidades são revistas regularmente, através de requisitos adicionais e mais rigorosos sendo introduzidos ao longo do tempo em resposta a

crecentes expectativas da comunidade australiana no que diz respeito a sustentabilidade ambiental das operações do setor público (AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE, 2012). Destaca-se neste sentido, as considerações de Leuenberger e Bartle (2009), de que a relação entre a sustentabilidade e metas da administração pública é demonstrada melhor quando aplicada a problemas específicos.

De acordo com os estudos de Bocken et al. (2014) é indispensável a utilização de uma abordagem holística para enfrentar os desafios de um futuro sustentável. Em pesquisa realizada na Suécia por Hysing e Olsson (2011), foram identificados e analisados os papéis dos servidores públicos como agentes importantes no contexto ambiental local mostrando servidores que atuam como “ativistas verdes internos” que se diferem de outros funcionários públicos pois trabalham com questões ambientais e são mais frequentemente envolvidos na formulação de políticas, e possuem condições de promover maiores mudanças sociais.

A exemplo das instituições australianas, estas são obrigadas a cumprir objetivos sustentáveis em compras e uma série de objetivos de desempenho ambiental. Portanto, é importante para as mesmas estabelecer mecanismos eficazes para se manterem a par das mudanças de requisitos e para identificar oportunidades inovadoras para a melhoria do desempenho ambiental. (AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE, 2012).

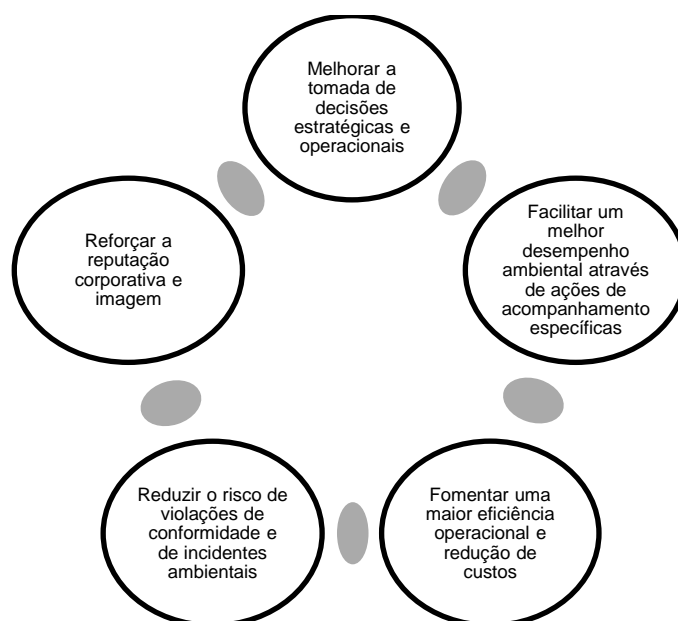


FIGURA 2 - BENEFÍCIOS COM A INTEGRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO.
 FONTE: Australian National Audit Office (2012), Adaptado pelo autor (2016).

A Melhoria do desempenho ambiental não devem ser simplesmente vista como uma atividade de *compliance*. A estratégia integrada na gestão ambiental pode proporcionar à entidades do setor público uma gama de benefícios (Figura 2). O crescente foco na sustentabilidade das operações do setor público e os benefícios que podem advir estabelecem um argumento forte para o desenvolvimento de uma estratégia integrada para o ambiente de gestão (AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE, 2012). Para isso servidores podem vir a serem peritos, bem informados sobre as demandas e necessidades dos cidadãos e local (HYSING E OLSSON, 2011)

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi realizada em Palmeira das Missões, município localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Figura 3), possui população de 34.974 habitantes e IDHM 2010 de 0,737 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016), foi emancipado no dia 06 de maio de 1874 e destaca-se pelas suas atividades agropecuárias, que constituem a base econômica, além de ser um polo comercial da região.



FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DE PALMEIRA DAS MISSÕES
FONTE: Palmeira das Missões (2008).

A administração municipal, base para a coleta de dados, possui quadro de pessoal composto por 1030 colaboradores, dentre eles servidores efetivos, cargos em comissão e estagiários lotados nas diversas secretarias e setores, como é possível verificar em seu organograma (Apêndice A). (PALMEIRA DAS MISSÕES, 2016 a)

4.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada no centro administrativo¹, por este representar a totalidade de gabinetes das secretarias, sendo responsável pelo maior trâmite de processos, atividades administrativas e atribuído pela delegação de funções aos setores externos. Foi selecionada a totalidade de servidores estatutários que desempenham as atividades profissionais nos variados setores do centro administrativo, sendo correspondente a 121 pessoas².

4.3 Delineamento da Pesquisa

A pesquisa científica pode ser entendida como um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999, p. 26). Dessa forma, para que os objetivos do estudo fossem alcançados, é indispensável o detalhamento dos métodos utilizados, considerando que a metodologia de um trabalho científico é entendida como um conjunto de processos ou operações que devem ser empregadas na investigação de determinado assunto.

Em sua realização, o estudo apresenta natureza aplicada ao campo da Administração Pública e área de Sustentabilidade Organizacional. Para sua concretização irá empregar um método com objetivos de caráter exploratório e abordagem quantitativa, por meio de um estudo de caso na Prefeitura de Palmeira das Missões.

A escolha da organização pública é justificada por mais do que a mera conveniência. Os gestores demonstraram interesse na pesquisa e se disponibilizaram totalmente para aplicação dos questionários aos servidores.

Inicialmente o estudo busca abordar uma revisão bibliográfica, realizada por meio de livros, revistas, artigos, dissertações, teses segundo o tema que versa sobre a área de sustentabilidade. Além disso, o estudo se caracteriza por uma pesquisa

¹ Instalações onde estão localizadas as diversas secretarias e setores da administração municipal.

² Servidores de Escolas, Unidades Básicas de Saúde, bem como setores externos não foram selecionados na pesquisa.

exploratória, onde Malhotra (2011, p. 57) define como sendo a busca por “explorar ou examinar um problema ou situação para obter conhecimento e compreensão”.

Para melhor compreensão dos instrumentos utilizados para alcance dos objetivos propostos no estudo é apresentado o Quadro 2:

Objetivos	Método Utilizado	Aplicação
Contextualizar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e suas ações de gestão ambiental	Revisão Bibliográfica	Literatura
Identificar a percepção dos servidores em relação ao desempenho socioambiental nas atividades administrativas da Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões	Pesquisa Quantitativa	Servidores Estatutários
Diagnosticar a potencialidade de aplicação da A3P	Pesquisa Quantitativa	Servidores Estatutários
Apresentar sugestões e recomendações com base na A3P	Observação Participante	Visitas ao Centro Administrativo

QUADRO 2 - OBJETIVOS E METODOLOGIA A SER UTILIZADA

FONTE: Elaborado pelo autor.

Inicialmente foi realizada a contextualização do programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, como um instrumento de ecoeficiência, inovação e sustentabilidade, buscando evidenciar a potencialidade de sua aplicação nos órgãos públicos através de revisão bibliográfica apresentada na pesquisa.

Foram aplicados questionários com questões fechadas aos servidores da prefeitura, mediante prévia autorização dos administradores buscando identificar a perspectiva dos mesmos em relação à integração da sustentabilidade nas atividades e rotinas administrativas do órgão, procurando-se desta forma atender o segundo objetivo proposto. Questões sobre a percepção pessoal e inserção do tema no dia a dia, bem como ações do órgão foram colocadas como base de análise.

O modelo do instrumento de coleta de dados a ser utilizado encontra-se como apêndice, onde inicialmente busca-se identificar a categoria dos respondentes, com base na escala nominal, considerando o gênero, faixa etária e nível de escolaridade. Posteriormente buscou-se caracterizar cinco temáticas através de 20 afirmações propostas com base na escala do tipo frequência com as alternativas “nunca”, “raramente”, “às vezes”, “frequentemente”, “sempre”. Os questionários foram

impressos e aplicados na segunda quinzena do mês de fevereiro de 2016, com a intenção de avaliar a integração da sustentabilidade nos 5 eixos temáticos da A3P.

Paralelamente à aplicação da pesquisa foi adotado o método de observação participante para reforçar as informações contidas na pesquisa através de visitas nos setores e secretarias e analisar possíveis implicações, dificuldades e vantagens na implementação do programa. De acordo com Correia (2009), a observação participante é realizada através do contato direto e prolongado do investigador com os atores sociais, nos seus contextos, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. A mesma requer que sejam eliminadas deformações subjetivas para que possa ocorrer a compreensão de fatos e de interações entre os sujeitos em observação.

Após a coleta de dados foi realizado o processo de análise, classificação, e interpretação das informações coletadas através de softwares como o Excel, o que deu condições para que o terceiro e quarto objetivos fossem atendidos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A administração pública, como responsável por regular e fiscalizar as ações provenientes da iniciativa privada, buscando a sustentabilidade, precisa incorporar ações que permitam o desenvolvimento sustentável através de ações proativas. Ou seja, o setor público devido a sua primazia é tão promotor da sustentabilidade ambiental quanto à iniciativa privada. Buscando-se atender o primeiro objetivo, contextualizar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e suas ações de gestão ambiental, (BRASIL, p. 1, 2008) parte-se do princípio de que:

[...] a administração pública é grande consumidora e usuária de recursos naturais, tem um papel estratégico na promoção e na indicação de novos padrões de produção e de consumo, e, que deve ser exemplo na redução de impactos socioambientais negativos gerados em suas atividades.

A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P foi criada, em 1999, por funcionários do MMA - Ministério do Meio Ambiente preocupados com os impactos sociais e ambientais negativos ocasionados pela administração pública. Essa ação voluntária buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública.

A iniciativa tem por fim sensibilizar as empresas, de forma geral, à adoção de um modelo de gestão em caráter educativo, reduzindo assim impactos negativos produzidos durante a jornada de trabalho. O programa é coordenado desde o ano 2000 pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, integrando o Programa Nacional de Educação Ambiental, elaborado e aprovado em 1999 pelo MMA. (NASCIMENTO, VIRGÍNIO E LOPES, 2015)

A A3P, sendo reconhecida pela relevância do trabalho e dos resultados positivos que obteve ao longo do seu desenvolvimento, foi consagrada, em 2002, com o prêmio Unesco "O melhor dos exemplos", na categoria Meio Ambiente. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014)

É notório que o ponto forte do desenvolvimento sustentável implica na integração do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e o progresso social. Para que isso ocorra não existe uma fórmula única; o que deve ser observado são os problemas e as aspirações de cada região, e a partir disso buscar

estratégias de desenvolvimento, que poderá ter a aplicação facilitada com a implantação da Gestão Ambiental. (LUIZ et al., 2015)

Diante da sua importância, a Agenda foi incluída no PPA 2004/2007 como ação, no âmbito do programa de educação ambiental. Essa medida garantiu recursos para que a A3P pudesse ser efetivamente implantada e tornar-se um novo referencial de sustentabilidade socioambiental das atividades públicas. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014)

Inicialmente, a A3P foi implementada apenas no MMA, mas, com os resultados positivos alcançados, o MMA decidiu divulgar o programa para as demais instituições da administração pública e oferecer apoio técnico para sua implantação. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014)

Os conteúdos do programa consistem no combate ao desperdício de bens públicos e de recursos naturais; inclusão de critérios socioambientais nos investimentos da organização; incentivo às compras e contratações públicas delegadas por critérios sustentáveis; criação de uma gestão ambiental de resíduos; busca de parcerias com cooperativas de catadores de lixo para a geração de trabalho e renda; incentivo permanentemente à formação e informação de servidores públicos sobre aspectos socioambientais e de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho; fomento à ética e à autoestima dos servidores públicos; e, sobretudo, o desenvolvimento de uma consciência em sentido das melhorias dos serviços: atendimento aos interesses coletivos. (NASCIMENTO, VIRGÍNIO E LOPES, 2015)

A A3P tem como principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores públicos para que eles incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. Conforme Ministério do Meio Ambiente, (2014) para isso, a A3P trabalha com cinco objetivos básicos, mas essenciais para a mudança e preservação do meio ambiente, sendo eles:

- 1) “Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais.”
- 2) “Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais.”
- 3) “Contribuir para a revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública.”

- 4) “Reduzir o impacto socioambiental negativo - direto e indireto - causado pela execução das atividades de carácter administrativo e operacional.”
- 5) “Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.”

Além disso, a mesma fundamenta-se em 5 pilares ou eixos temáticos (Figura 4), considerando o uso racional dos recursos naturais, a gestão adequada dos recursos gerados, a qualidade de vida no ambiente de trabalho, a sensibilização e capacitação dos servidores e as licitações sustentáveis.

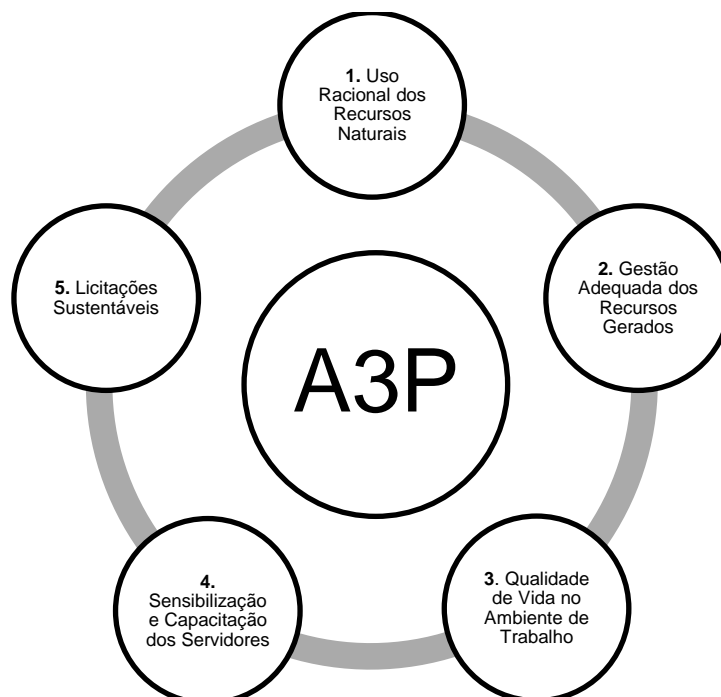


FIGURA 4 – EIXOS TEMÁTICOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 FONTE: Ministério do Meio Ambiente (2014).

Os cinco eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos como está sendo apresentado (Quadro 3).

Embora a adesão ao programa da A3P não seja obrigatório, o MMA o recomenda por se tratar de questões que envolvem o uso racional de recursos naturais e bens públicos; a gestão adequada dos resíduos; a qualidade de vida no ambiente de trabalho; as licitações sustentáveis; e a promoção da sensibilização e capacitação (LUIZ et al., 2015).

1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
2 - Gestão adequada dos resíduos gerados	A gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.
3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho	A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.
4 - Sensibilização e capacitação dos servidores	A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.
5 - Licitações sustentáveis	A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.

QUADRO 3 - EIXOS TEMÁTICOS E DEFINIÇÕES
 FONTE: Ministério do Meio Ambiente (2010).

Buscando-se atender o segundo e terceiro objetivo, identificar a percepção dos servidores em relação aos aspectos socioambientais nas atividades administrativas e diagnosticar a potencialidade de aplicação da A3P, optou-se por apresentar os resultados com base nos eixos temáticos da A3P e apontar as recomendações em cada caso.

Em relação ao primeiro eixo temático, uso racional dos recursos naturais e bens públicos (Figura 5), verifica-se que a prefeitura possui baixa utilização de papel reciclado e não realiza controle de impressões através de centrais. A maior parte dos respondentes poderiam estar mais habituados a utilizar frente e verso do papel, ou mesmo impressão no modo econômico, considerando que 60% dos servidores afirmam não utilizar ou utilizar somente às vezes esta prática.

Além disso, constatou-se que a maior parte dos servidores nunca ou raramente buscam utilizar a luz do dia no ambiente de trabalho. Em contrapartida, grande parte dos respondentes, cerca de 90%, afirmam que sempre ou frequentemente buscam reduzir o consumo de energia em equipamentos eletrônicos ao se ausentarem do ambiente de trabalho, e relativamente a metade dos respondentes apontam sempre ou com frequência utilizar utensílios duráveis ao invés de descartáveis.

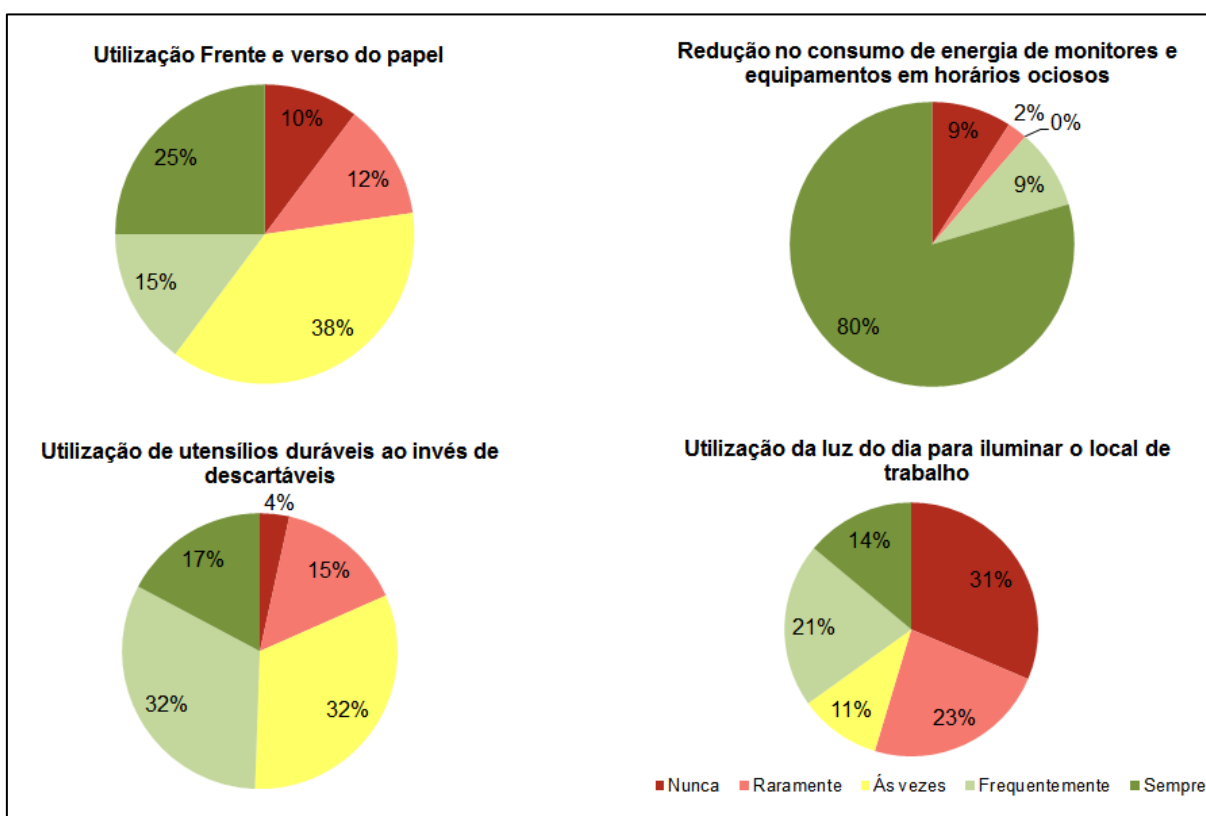


FIGURA 5 - APLICAÇÃO DA PESQUISA - USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS
 FONTE: Elaborado pelo Autor

Aliada a aplicação da pesquisa nas observações foi constatado que a prefeitura não desenvolve nenhuma ação de monitoramento para reduzir o consumo de papel, energia e água, ou mesmo dá incentivos suficientes para que isso ocorra. No entanto, parcela representativa de servidores demonstrou racionalizar a utilização de energia elétrica nos horários de almoço e utilizar utensílios duráveis como copos e xícaras de vidro ou porcelana ao invés de descartáveis. A utilização da impressão frente e verso do papel quando possível e da luz do dia no ambiente de trabalho poderia estar mais engajada pelos servidores e incentivada pela

administração pública considerando que sua implementação contempla a redução de custos para a instituição.

Em relação ao segundo eixo temático, gestão adequada dos recursos gerados (Figura 6), constatou-se que os servidores executam baixa atividade funcional no sentido de separação do lixo em secos e orgânicos, onde 68% dos respondentes afirmam nunca ou raramente separar os resíduos gerados no local de trabalho.

Também se verificou que existem baixos incentivos por parte da administração na realização de ações da política dos 5R's, onde 64% dos entrevistados demonstraram nunca ou raramente presenciar ações neste sentido. Além disso, observou-se que a administração municipal não disponibiliza lixeiras de coleta seletiva ou mesmo de separação em secos e orgânicos, o que favorece a baixa atividade dos servidores e atenção para a questão dos resíduos gerados.

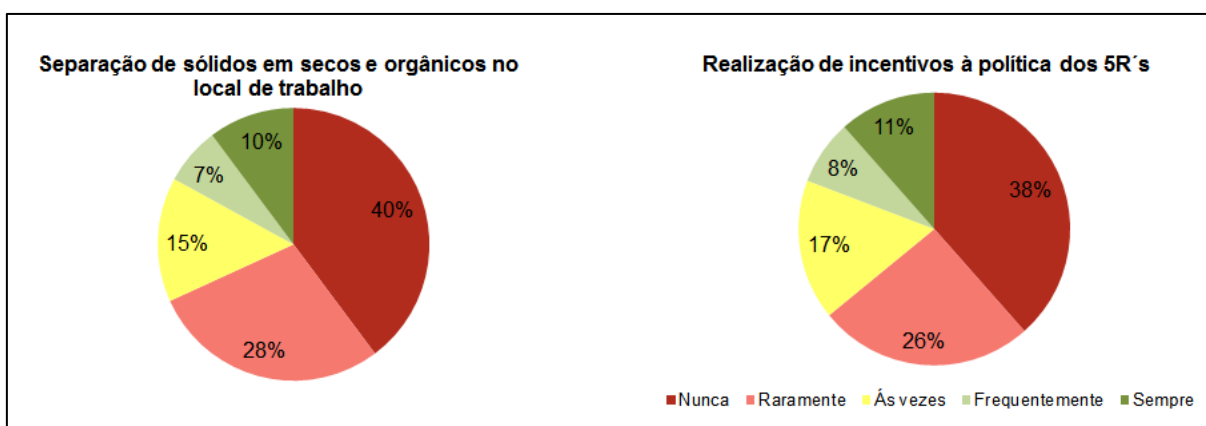


FIGURA 6 - APLICAÇÃO DA PESQUISA - GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS
 FONTE: Elaborado pelo autor

O município vem buscando implantar há anos a coleta seletiva, com dificuldade em virtude da indisponibilidade e dificuldade de contratação de serviços deste tipo na região e também do custo da atividade gerar maior comprometimento de orçamento. Foi somente no mês de junho deste ano que os primeiros resultados do processo de implementação da coleta seletiva puderam ser visualizados nas secretarias, onde buscou-se a conscientização em relação a separação do lixo nos setores, trabalho este realizado pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. (PALMEIRA DAS MISSÕES, 2016 b). A empresa Simpex, contratada pelo município há oito anos vinha realizando a coleta de lixo da forma tradicional e simples, em

aterro sanitário controlado, passou a desempenhar as primeiras etapas do processo através do recolhimento de lixo separado em dias alternados.

Estão sendo realizadas campanhas de coleta de eletrônicos, pilhas e baterias, onde mensalmente ocorre o recolhimento destes materiais por empresa contratada pelo município. No entanto, ainda há baixa conscientização e falta de campanhas efetivas no sentido de desenvolver a conscientização dos servidores e também da população local para o correto no descarte de óleos, lâmpadas e pilhas, ou mesmo incentivos para a devolução ao comerciante.

Ao analisar os resultados do terceiro eixo, qualidade de vida no trabalho (Figura 7), verificou-se que há falta de conscientização ou preocupação dos servidores em relação às questões ambientais, onde 69% dos respondentes demonstraram nunca, raramente ou às vezes considerarem às práticas no que diz respeito aos cuidados com o meio ambiente. No entanto, 65% dos respondentes afirmam estarem satisfeitos em desempenhar as atividades laborais no órgão.

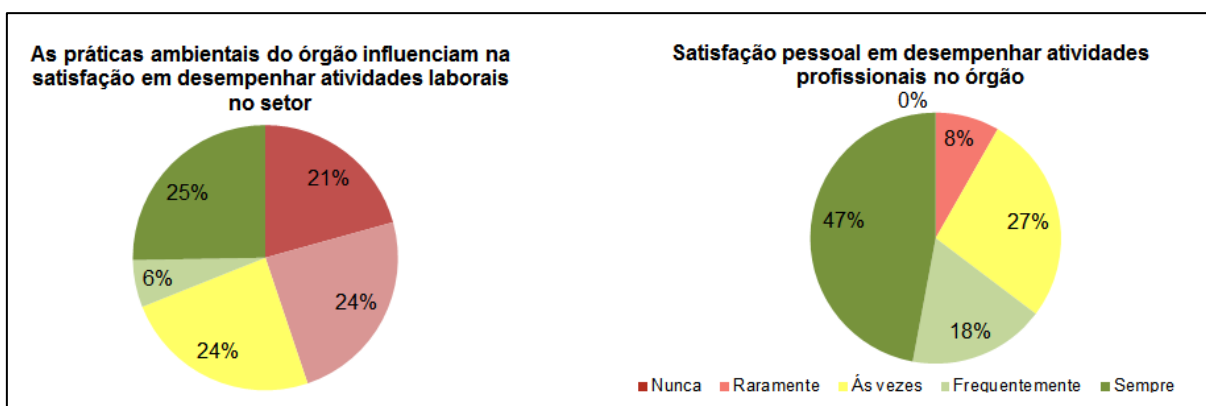


FIGURA 7 - APLICAÇÃO DA PESQUISA - QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO
 FONTE: Elaborado pelo autor

Através da observação verificou-se que a instituição ainda não implementou totalmente as exigências legais de acessibilidade, apesar de estar orientando as empresas da cidade e exigindo a adaptação das mesmas. Também não possui programas de saúde ocupacional, planos odontológicos e programas de orientação nutricional, no entanto, coopera nos planos de saúde em benefício aos servidores e seus dependentes.

Em relação a capacitação, sempre que possível e dentro do permitido legalmente, a Instituição concede horário especial para servidores que possuem interesse em se qualificar, ação esta que é prevista no estatuto dos servidores

municipais. No entanto, não são realizadas ações de ginástica laboral no órgão, atividades motivacionais ou de incentivo a conscientização ambiental, o que dificulta no processo de percepção dos servidores da importância de se implementar ações sustentáveis.

Em relação ao quarto eixo, capacitação e sensibilização de servidores (Figura 8), constatou-se que existem baixos incentivos por parte da administração pública para práticas de sustentabilidade, pois 60% dos respondentes apontam nunca ou raramente verificarem atividades neste sentido. Além disso, 68% dos respondentes afirmam nunca ou raramente ter participado de ações de capacitação e orientação sobre sustentabilidade promovida pela instituição.

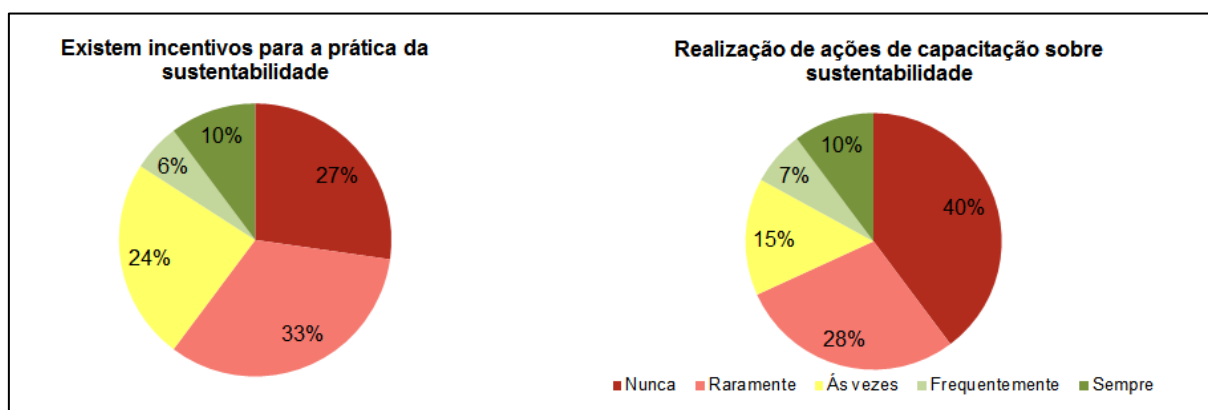


FIGURA 8 - APLICAÇÃO DA PESQUISA - SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
 FONTE: Elaborado pelo autor

Neste sentido, percebe-se uma política de capacitação e mobilização aos servidores é algo que poderia ser implementado para se buscar atingir maiores resultados em relação as questões socioambientais e aliada a isso redução de consumo e custos e otimização de processos para a instituição.

Tratando-se da quinta temática, licitações sustentáveis (Figura 9), percebe-se grande resistência do município em relação à adoção de procedimentos inovadores e critérios sustentáveis na área de compras governamentais. Cerca de 80% dos respondentes demonstraram que nunca ou raramente a instituição dá preferência na aquisição de produtos fabricados por métodos mais sustentáveis e que tenham maior eficiência energética. Além disso, 89% dos servidores apontaram que as compras não estipulam critérios de certificação ambiental ou similares dos seus fornecedores.

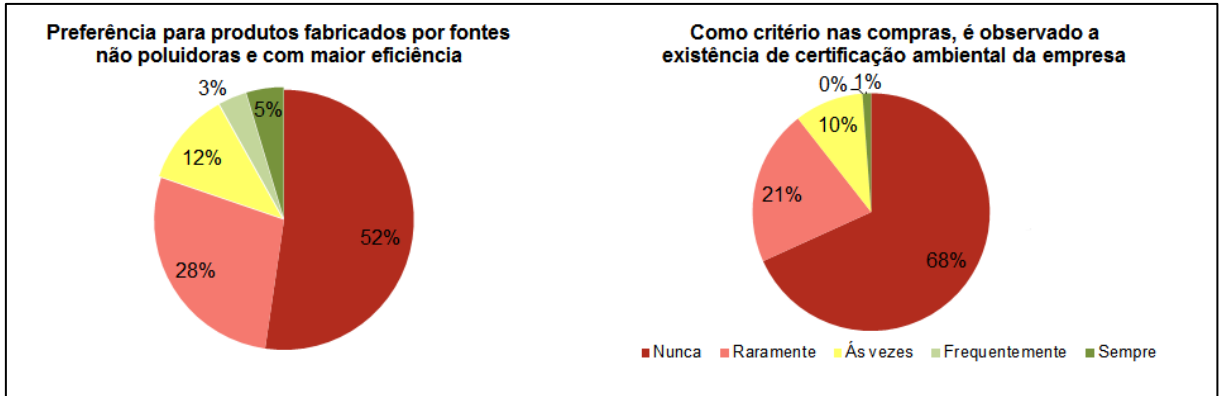


FIGURA 9 - APLICAÇÃO DA PESQUISA - LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS
 FONTE: Elaborado pelo autor

Este eixo temático também é de fundamental importância considerando que a instituição acaba tendo maior influência direta para com as organizações que apresentam suas propostas de bens e serviços.

Verificou-se que o município implementou em 2013 a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa que dentre outras questões estabelece critérios de aquisição sustentável e favorecimento na aquisição de produtos de pequenas empresas, no entanto, ainda é necessária uma política mais rígida do município para que todos os critérios sejam atendidos na prática.

Também constatou-se que a conscientização ambiental dos servidores está mais fortemente presente e desenvolvida por servidores da primeira e segunda faixa etária, sendo de 18 à 25 anos e 26 e 35 anos (Figura 10). Os mesmos demonstraram ter uma maior satisfação em desempenhar atividades laborais em ambientes que praticam ações sustentáveis.

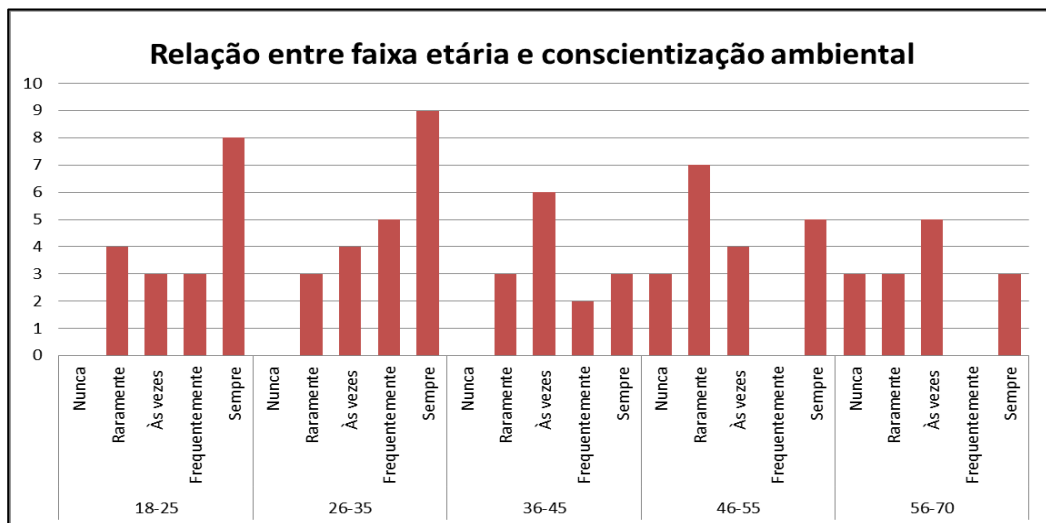


FIGURA 10 - RELAÇÃO ENTRE FAIXA ETÁRIA E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL
 FONTE: Elaborado pelo autor

Subentende-se, e torna-se mais claro com esta avaliação que a conscientização ambiental e execução na prática de ações socioambientais na instituição se dão necessariamente pela formação externa e preexistente recebida pelos servidores, e não por incentivos da prefeitura, considerando que a questão socioambiental vem tomando maior parte das discussões escolares e acadêmicas somente nos últimos anos. Isso também pode ser verificado através da relação entre o nível de escolaridade e conscientização ambiental dos servidores (Figura 11).

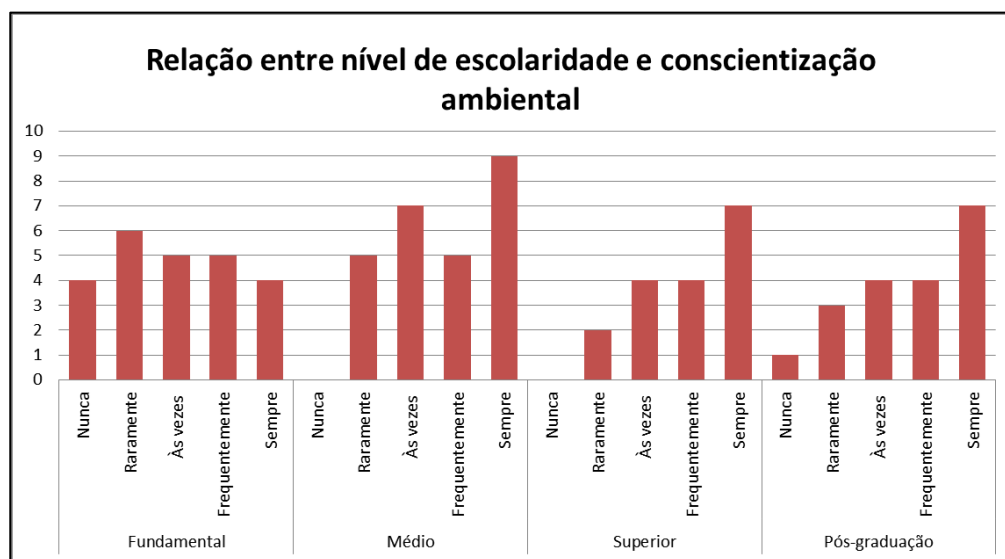


FIGURA 11 - RELAÇÃO ENTRE NÍVEL DE ESCOLARIDADE E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL
 FONTE: Elaborado pelo autor

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível atender o quarto objetivo estabelecendo as seguintes sugestões e recomendações com base na A3P e seus eixos temáticos:

Ao considerar o primeiro eixo (uso racional dos recursos naturais e bens públicos) se verifica que a prefeitura realiza poucas ações de incentivo e orientação aos colaboradores, e não desenvolve nenhuma ação de monitoramento para reduzir o consumo de papel, energia e água, ou mesmo dá incentivos suficientes para que isso ocorra. No entanto, parcela representativa de servidores demonstrou racionalizar a utilização de energia elétrica nos horários de almoço e utilizar utensílios duráveis no dia-a-dia.

Como proposições da A3P com potencial de serem aplicados neste sentido, sugere-se fazer levantamento e acompanhamento do consumo de papel usado para impressão e cópias, realizar diagnóstico da situação das instalações elétricas e

propor as alterações necessárias para redução do consumo; realizar levantamento e acompanhamento do consumo de energia e também propor implantação de sensores e torneiras econômicas nos banheiros.

No caso do segundo eixo (gestão adequada dos resíduos gerados), constatou-se que grande parte dos servidores não realizam a separação do lixo em secos e orgânicos, e também existem baixos incentivos por parte da administração na realização de ações da política dos 5R's. Foi somente em 2016 que o município passou a implementar as primeiras ações para a coleta seletiva, pois até então que a Instituição não desenvolvia atividades de estímulo aos servidores a racionalizar o consumo em geral, bem como não atendia plenamente a legislação, pois, não possuía lixeiras seletivas. Para melhores resultados com a implantação da coleta seletiva e sugere-se promover a capacitação e sensibilização por meio de palestras, reuniões, exposições e oficinas.

Em relação ao terceiro eixo, (qualidade de vida no ambiente de trabalho), verificou-se que há falta de conscientização ou preocupação dos servidores em relação às questões ambientais, no entanto, os respondentes afirmaram estarem satisfeitos em desempenhar as atividades laborais no órgão. As únicas ações promovidas pela instituição em prol da saúde, até o momento é a coparticipação no plano de saúde oferecido aos servidores e seus dependentes e o convênio com algumas instituições de ensino com descontos aos servidores.

Quanto ao ambiente de trabalho, a instituição dispõe de estrutura física razoável, o que proporciona boas condições de trabalho, no entanto são necessárias melhores condições e adequações para a acessibilidade, tratando-se de um órgão público que presta muitos atendimentos à população. Além disso, recomenda-se promover atividades de integração no local de trabalho e qualidade de vida como a ginástica laboral.

Ao analisar o quarto eixo (sensibilização e capacitação dos servidores), constatou-se que existem baixos incentivos por parte da administração pública para práticas de sustentabilidade, onde grande parte dos servidores afirmam nunca ou raramente ter participado de ações de capacitação e orientação sobre sustentabilidade promovida pela instituição, inclusive não são produzidos materiais educativos ou cartilhas para fortalecimento da conscientização. Considera-se que uma política de capacitação e mobilização aos servidores é algo indispensável para se atingir maiores resultados em relação as questões socioambientais, redução de

consumo e custos e otimização de processos para a instituição. Sugere-se que a prefeitura priorize a realização de campanhas de sensibilização dos servidores com divulgação na intranet, cartazes, etiquetas e informativos.

Tratando-se do quinto eixo, (licitações sustentáveis) percebe-se grande resistência do município em relação à adoção de procedimentos inovadores e critérios sustentáveis na área de compras governamentais. Sabe-se que há certa dificuldade com a questão sustentável nos editais de compras públicas, devido ao pequeno número de fornecedores que atendem aos requisitos estipulados; e valores geralmente mais elevados dos produtos mais econômicos ou reciclados. Apesar disso, considera-se que este eixo temático é de fundamental importância valendo-se que a instituição acaba tendo influência direta para com as organizações e a sociedade que apresentam suas propostas de bens e serviços.

6 CONCLUSÕES

Nos últimos anos percebe-se um maior debate em torno da sustentabilidade, o que gera indícios para se considerar que ações socioambientais e uma maior conscientização vem sendo instalada tanto no setor público como no privado.

Com a aplicação da pesquisa foi possível verificar o grau em que estas ações estão sendo executadas no dia a dia da administração pública municipal através de avaliação dos cinco eixos temáticos propostos pelo programa A3P.

Foi constatado que a prefeitura nunca implementou um sistema de gestão ambiental no desenvolvimento das atividades administrativas ou mesmo é habituada a fornecer incentivos para o desenvolvimento da conscientização dos servidores públicos.

Além disso, ficou evidente que a prefeitura até então possui baixa aderência às questões e atividades relacionadas à sustentabilidade organizacional em suas rotinas administrativas, e conseqüentemente baixa conscientização ambiental por parte dos servidores. No entanto, a mesma possui grande potencial de aplicabilidade de um sistema de gestão ambiental em seus processos considerando a descentralização da administração e flexibilidade dos gestores.

Sugere-se que a prefeitura busque atender as recomendações do Ministério do Meio Ambiente quanto à proposta da A3P ou que seus gestores busquem atividades proativas no sentido de difundir incentivos para a sustentabilidade entre os servidores.

REFERÊNCIAS

AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE. **Public Sector Environmental Management: reducing the environmental impacts of public sector operations.** Better Practice Guide. ANAO. 2012.

BOCKEN, N.M.P.; SHORT, S.W.; RANA, P.; EVANS, S. **A literature and practice review to develop sustainable business model archetypes.** Journal of Cleaner Production. Elsevier. n. 65. p. 42-56. 2014.

BRASIL. **Inserção de Critérios Socioambientais na Gestão dos Serviços Públicos.** PORTARIA Nº 217, DE 30 DE JULHO DE 2008. Ministério do Meio Ambiente. 2008.

BRUNSTEIN, Janette; SCARTEZINI, Vivian Neri; RODRIGUES, Andrea Leite. **Sustentabilidade na educação corporativa e o desenvolvimento de competências societárias.** Revista Organizações & Sociedade. vol. 19, n.63, p. 583-598. 2012.

COGO, Giselle Alves Da Rocha. **A sustentabilidade na administração pública federal: um desafio às organizações.** 2011. 37 f. Monografia (Especialização em Gestão Industrial) – Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Paraná, 2011.

CORAL, Eliza. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial.** 2002. 282 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. **A observação participante enquanto técnica de investigação.** Pensar enfermagem. Vol. 13. 2009.

FIORINO, Daniel J. **Sustainability as a Conceptual Focus for Public Administration.** Public Administration Review. PAR. p 78-88. 2010.

GIL; Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Ed. Atlas: São Paulo – SP. 1999.

HYSING. Erik, OLSSON, Jan. **Who greens the northern light? Green inside activists in local environmental governing in Sweden.** Environment and Planning C: Government and Policy. volume 29, p. 693 – 700. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal Cidades@.** IBGE. 2016. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Sustainable Development Timeline.** IISD. Winnipeg, Manitoba, Canada. 2012.

LAVILLE. Élisabeth. **A empresa verde.** São Paulo: ÓTE, 2009.

LEUENBERGER, Deniz. BARTLE, John R. **Sustainable Development for Public Administration**. Oxon: M.E. Sharpe. 2009.

LUIZ, L. C., RAU, K., DE FREITAS, C. L., & PFITSCHER, E. D. **Agenda ambiental na administração pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia**. Administração Pública e Gestão Social. 2013.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: foco na decisão**, Perarson, Prentice Hall, 3 Ed, São Paulo. 2011.

MCCORMICK, Kes; MONT, Oksana; RODHE, Håkan; ORSATO, Renato; RYAN, Chris; NEIJ, Lena. **Strategies for sustainable solutions: an interdisciplinary and collaborative research agenda**. Journal of Cleaner Production. Elsevier. Ed. XXX. p. 1 - 2. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais: Licenciamento Ambiental**. Brasília – DF. 2009.

_____. **Como implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P**. Apostila. MMA. 2010.

_____. **Sustentabilidade na Administração Pública – A3P e a Gestão Socioambiental**. Apostila. MMA. 2014.

NASCIMENTO, Marcelo de Maio. VIRGÍNIO, Markus Voltaire. LOPES, Luzivaldo Reis. **A implantação da A3P na Univasf-PE**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. REGET. v. 19, n. 2., p. 493-501. 2015.

PALMEIRA DAS MISSÕES. **Plano Ambiental Municipal**. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. 2008.

_____. (a). **Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões**. Notícias. 2016. Disponível em: <https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01020-001/con_quadropessoal.faces>. Acesso em: 20 abr. 2016.

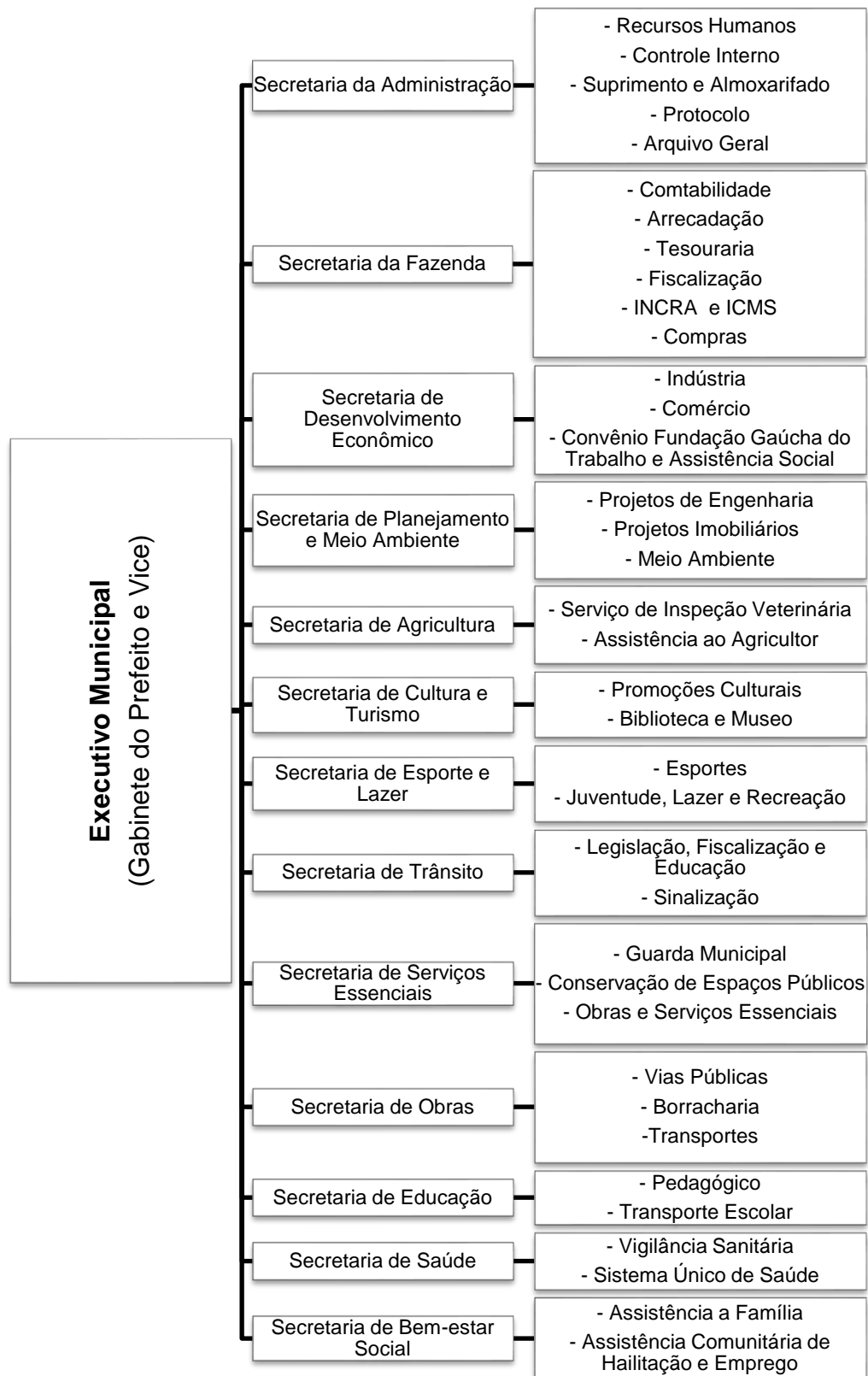
_____. (b). **Secretarias municipais se adéquam para a coleta seletiva do lixo**. Portal Transparência. 2016. Disponível em: <http://www.palmeiradasmissoes-rs.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2609&Itemid=53>. Acesso em: 7 de jun. 2016.

RATTNER, Henrique. VEIGA, José Eli da. **O histórico do desenvolvimento sustentável**. Energia, Ambiente & Desenvolvimento. 2002. Florianópolis – SC. Disponível em: <<http://www.guiafloripa.com.br/sites/energia/desenvolvimento/>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

VASCONCELOS, Katia Cyrlene de Araujo; SILVA JR, Annor da; SILVA, Priscilla de Oliveira Martins da. **Educação gerencial para atuação em ambientes de negócios sustentáveis: desafios e tendências de uma escola de negócios brasileira**. RAM, Revista de Adm. Mackenzie. v 14. n 4. p. 45-75. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Organograma Prefeitura de Palmeira das Missões



APÊNDICE B - Instrumento de coleta de dados aplicado aos servidores

Prezado(a) servidor(a),

Este questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica que procura identificar sua perspectiva em relação à integração da sustentabilidade no setor público. O questionário é anônimo e as respostas serão utilizadas somente para fins acadêmicos.

No quadro estão listadas afirmações relativas ao meio organizacional no qual você participa. Indique o quanto você concorda ou discorda de cada uma delas. Dê suas respostas marcando um "X" nos espaços correspondentes aos números apresentados ao lado, obedecendo a seguinte apreciação:

1 - Nunca; 2 - Raramente; 3 - Às vezes; 4 - Frequentemente; 5- Sempre

Gênero:()F ()M | Faixa etária:()18-25 ()26-35 ()36-45 ()46-55 ()55-70
Escolaridade: () Fundamental () Médio () Superior () Pós-Graduação

Questão	Afirmação	1	2	3	4	5
1	Separo os resíduos sólidos em secos e orgânicos em meu local de trabalho.					
2	Utilizo frente e verso do papel A4 sempre que possível.					
3	Desligo monitores e equipamentos ao sair para o almoço.					
4	Utilizo utensílios duráveis ao invés de descartáveis. (Ex: copos, pratos, etc)					
5	Aproveito a luz do dia para iluminar o local de trabalho.					
6	Dou preferência para a leitura de documentos no próprio monitor em vez de imprimi-los.					
7	Existem incentivos por parte da administração pública em relação à sustentabilidade.					
8	São realizadas ações de capacitação aos servidores sobre sustentabilidade.					
9	Boas práticas ambientais do órgão influenciam na minha satisfação em desempenhar atividades laborais no setor.					
10	Estou satisfeito em desempenhar minhas atividades profissionais no órgão.					
11	Em minha residência tenho cuidado com questões que envolvem a redução do consumo de água e energia.					
12	Busco sugerir aos colegas de trabalho ações de redução de consumo.					
13	Em meu ambiente de trabalho, são utilizadas lâmpadas fluorescentes econômicas.					
14	Em meu ambiente de trabalho, nos locais onde existem torneiras é dada a preferência para torneiras com tecnologia econômica.					
15	Você gostaria que fosse implantado algum tipo de programa ligado a saúde ocupacional, como, por exemplo, a ginástica laboral no ambiente de trabalho.					
16	Costumo realizar exames de saúde e visitas ao médico.					
17	Nos lanches durante o expediente, geralmente tenho preferência por alimentos orgânicos ao invés de industrializados.					
18	É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, e materiais que não prejudiquem a natureza					
19	Como critério para as compras, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes					
20	Há ocorrência e incentivos à política dos 5R's					